

**INTERESSES DO EMPRESARIADO EM TORNO DO PROJETO ESCOLA VIVA****BUSINESS INTEREST AROUND THE ESCOLA VIVA PROJECT**

LIMA, Marcelo¹
SPERANDIO, Renan dos Santos²
COSTA, Debora Freitas³

RESUMO

Esse artigo objetiva analisar os interesses associados ao projeto educacional do governo do estado do Espírito Santo, denominado "Escola Viva", oriundo da Lei Complementar nº 04/2015. No ano de 2015, com a aprovação de nova normatização pela Assembleia Legislativa, o governo Paulo Hartung assume protagonismo na implementação de uma rede de escolas de turno único. Implantada sob inúmeras contestações do conselho estadual de educação e da comunidade escolar o projeto "Escola Viva" emerge e se estrutura com base em interesses e métodos empresariais. Repassando importantes recursos para os setores privados, além de abandonar as unidades escolares de tempo parcial, ao priorizar esse projeto como peça de marketing, o governo estadual deu sequência à histórica desvalorização dos profissionais da educação, embora tenha ganhado nota A de gestão pública no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, auferindo resultados discutíveis nos indicadores educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma do Ensino Médio; Escola Viva; Direito à Educação Básica; Crise do Capital.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze to what extent the "Escola Viva" program (State Law No. 799/2015) anticipates the implementation of the High School Reform (Law No. 13.415 / 2017), which incorporates forms of privatization of the public school. Documents and records were analyzed in sources such as: legislative reports; websites of members of the state legislature; state board of education; manifestos from student and teacher institution; and news from major newspapers in the state. It was inferred that both nationally and statewide, only demands from the business side were met in the implementation of the project. Moreover, executive authoritarian resources were used to approve the project without ensuring a broad debate with teachers, parents and students.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS) e Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE). Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7448-8366> e-mail: marcelo.lima@ufes.br

² Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4945-114X> e-mail: renansperandio@gmail.com

³ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1118-0874> e-mail: debora_freitas2008@hotmail.com



KEYWORDS: High School; School Reform; Living School; Right to Basic Education; Capital Crisis.

INTRODUÇÃO

Temos acompanhado, nos últimos anos, inúmeras reformas na educação que, entre seus objetivos, traziam o ajuste da jornada diária escolar da educação básica nacional aos padrões internacionais, a implementação de escolas em tempo integral e a reestruturação curricular do ensino fundamental e médio. Segundo seus proponentes (porta-vozes de organismos multilaterais e interlocutores do terceiro setor e do “edubissnes”), essas mudanças levariam à melhoria da qualidade da educação básica.

Entretanto, muitas dessas proposições, que se arvoram como panaceia pedagógica para educação dos jovens sem tocar em questões que envolvem o financiamento para melhoria da infraestrutura e ou a valorização/formação dos trabalhadores da educação, acabam por focar apenas no tempo ou no conteúdo escolar.

Batista e Gomes (2015) alertam que uma escola em tempo integral deve ter uma estrutura capaz de garantir condições para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, com disponibilidade de dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, auditório para seminários, de modo que o ensino ultrapasse os conteúdos elementares, pautando-se na formação de um indivíduo autônomo, que compreenda sua relação com o meio no qual está inserido.

Segundo Maia e Carneiro (2000) o ensino médio situa-se num campo de disputa que tem intrínseca relação com o contexto socioeconômico e a crise da educação. Essa crise educacional relaciona-se as mudanças no modo de produção, na centralidade do conhecimento e no avanço das tecnologias de informação e comunicação que exigem cada vez mais do trabalhador uma postura de adequação as inconstâncias do mercado cada vez mais volátil e difuso. Num cenário no qual o índice de desemprego atinge índices cada vez mais alarmantes, o acesso dos jovens ao trabalho tem se restringido e a escola passa a assumir um papel de possibilidade de desenvolvimento afetivo e social que prepara o jovem para a o enfrentamento das incertezas do mercado.

Neste contexto, a educação integral surge como possibilidade de oferecer infraestruturas e currículos escolares nos quais tempos, conteúdos e atividades pedagógicas seriam capazes de propiciar uma formação mais ampla aos educandos, com mais de seis horas diárias de jornada escolar e, em alguns casos, até no formato de internato.

Atualmente, além de conflitarem com a realidade de inserção precoce dos jovens ao mundo do trabalho, esses modelos encontram muitas barreiras financeiras, e até mesmo pedagógicas, que impedem sua generalização e implementação, haja vista seu evidente alto custo. E diante da insuficiente universalização da oferta escolar em tempo parcial, pode vir a servir mais para propósitos moralistas de controle social



que no final das contas visa mais retirar das ruas crianças carentes em situação de vulnerabilidade social do que educá-las de modo integral.

Em muitas formulações, a formação integral do educando, objetivo pedagógico de toda educação, confunde-se com o ensino em tempo integral. Mas a ampliação dos tempos, dos espaços escolares ou mesmo a diversificação qualitativa ou quantitativa dos tipos de experiências educativas (práticas, teóricas, corporais, cognitivas, grupais, individuais, artísticas, produtivas, desportivas etc.), quando analisadas em separado ou em justaposição, não levam, obrigatoriamente, à melhoria da qualidade do aprendizado. O que está em jogo aqui não é só o conjunto de conteúdos e a duração da jornada escolar. Ou seja, cursos muito curtos e superficiais são evidentemente inadequados. De outro lado, consideramos que a integração curricular, combinada a métodos e processos educativos democráticos, ofertada num espaço público com boa infraestrutura escolar de acesso universal, produziria uma formação integral, o que pode ocorrer ou não em tempo integral ou parcial.

Em trabalho sobre o ensino em tempo integral no ensino médio nas redes estaduais, Setúbal e Batista (2017) destacam alguns dos limites das justificativas que tentam associar automaticamente a melhoria da qualidade da educação à implantação dessas políticas de ampliação do tempo escolar. Pesquisando as experiências recentes nos estados do Ceará, de Goiás, de Pernambuco e de São Paulo, os autores destacam que não é possível dissociar as melhores performances em testes de larga escala da elevação do custo aluno decorrente da ampliação do tempo escolar e da focalização curricular nesses exames, mas ainda afirmam que, no contexto de profundas desigualdades socioeconômicas, alunos mais intensamente pobres correm risco de serem excluídos dessa política.

Do nosso ponto de vista, de forma oportunista, discursos filantrópicos e privatistas, encapsulados nas reformas neoliberais, defendem essa modalidade de jornada escolar, referenciando-se de forma mimética à experiência internacional para, assim, vincularem a qualidade do ensino à ampliação da jornada. É o que observamos nos argumentos que levaram à reforma do ensino médio instituída pela Lei nº 13.415/2017 que, já no seu artigo 34, prevê a ampliação da oferta do ensino médio em tempo integral. Esse modelo tem sido colocado como panaceia para as dificuldades de funcionamento da educação com desdobramentos para resolução de problemas sociais e até morais que envolvem os jovens de maneira geral. No entanto, a chamada crise da qualidade da educação em geral, e do ensino médio, em particular, para a qual a solução passaria pelas reformas propostas, na verdade, tem suas origens vinculadas aos processos históricos da produção da dualidade estrutural.

Alguns governos se utilizam do discurso de pseudoampliação do tempo escolar para dar sequência a modelos educacionais que não dão conta de resolver as principais problemáticas da educação, porque não reformulam o financiamento da educação para gerar melhores infraestruturas escolares e valorização docente, o que abriria importantes espaços para iniciativa privada ao mesmo tempo em que desqualifica a esfera pública.



Nesse período, várias reformas em diversas áreas (educação, saúde, trabalhista, previdência, entre outras) são elaboradas, não sem resistência dos educandos e educadores, mas vão ganhando materialidade e servindo não como solução para crise da educação, mas consistem em formas atuais de adaptação do país à crise do capital e ao aprofundamento do nosso capitalismo cada vez mais dependente. Disso resulta a precarização dos direitos sociais e facilitam, em muitos casos, a participação dos setores empresariais na gestão e no provimento de serviços públicos.

Esse cenário de desmanche de direitos leva Ciavatta (2018) a concluir que tais mudanças ultrapassam o ensino médio, perpassando a vida e a formação dos professores, e os caminhos incertos que são oportunizados para a juventude. Essa política educacional que flexibiliza a formação dos alunos no ensino médio sem garantir amplo financiamento para uma oferta escolar universal em tempo integral, sendo resultado de uma política de desmanche do direito à educação que ocorreram em outros estados da federação.

No Espírito Santo (ES), no ano de 2015, sob a gestão do governador Paulo Hartung (MDB), com a ampla participação de setores empresariais do estado, foi implementado o programa "Escola Viva", regulamentado pela Lei Complementar nº 799/2015, que criou o Programa Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral, cujo objetivo, além de ampliar o tempo de permanência dos jovens na escola, era fomentar práticas pedagógicas que, alinhadas às recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), promoviam um aprendizado a partir do projeto de vida do aluno, valorizando o protagonismo juvenil e o capital humano dos estudantes sem, contudo, oportunizar acesso a saberes capazes de possibilitar uma formação efetivamente integral.

IMPLEMENTAÇÃO AUTORITÁRIA DO PROJETO EMPRESARIAL PARA EDUCAÇÃO DO ES

Metodologicamente, procedemos à análise dos elementos relativos ao processo de antecipação da atual reforma no currículo do ensino médio no Espírito Santo percorrendo os registros presentes em fontes documentais como projetos de lei do executivo estadual, relatórios do legislativo local, *sítes* de parlamentares, documentos do Conselho Estadual de Educação (CEE), manifestos de instituições de alunos e professores, notícias de jornais, fontes estatísticas econômicas e educacionais, entre outros.

Nossa pesquisa problematiza o processo de implementação antecipada e forçada da reforma do ensino médio no ES. O movimento dos fatos demonstra que, mesmo antes da promulgação em nível nacional da lei nº 13.415/2017, em nível local, em 2015, já ganhava materialidade o que se denominou de programa "Escola Viva". Para evidenciar esse processo, problematizamos os interesses e as medidas do governo Paulo Hartung na implementação da política educacional instituída pela Lei Complementar nº 799/2015. Pesquisamos de que modo esse governo ganhou evidência nacional na materialização de políticas neoliberais de austeridade e equilíbrio fiscal. Investigamos como esse processo ocorreu em nível local e procuramos



evidenciar as consequências sociais dessas políticas e como a reforma do ensino médio no ES combinou-se com a restrição do gasto público com os direitos sociais. Também perguntamos às fontes como esse governo conquistou a posição pública nacional de liderança e de protagonismo e de que maneira aliou destaque nos indicadores educacionais com medidas de austeridade.

Ao assumir pela terceira vez o governo do ES, o economista Paulo Hartung dá sequência à gestão Renato Casagrande e tem nela vários aspectos de continuidade na política educacional, mas se situa num momento em que as economias nacional e local estão em processo de aprofundamento de crise econômica, com fortes elementos de queda na arrecadação. Em 2014, mas, sobretudo a partir de 2015, a estagnação da economia local tornou-se mais evidente. Nesse contexto, o governo afirma possuir projeto educacional relevante para a sociedade capixaba.

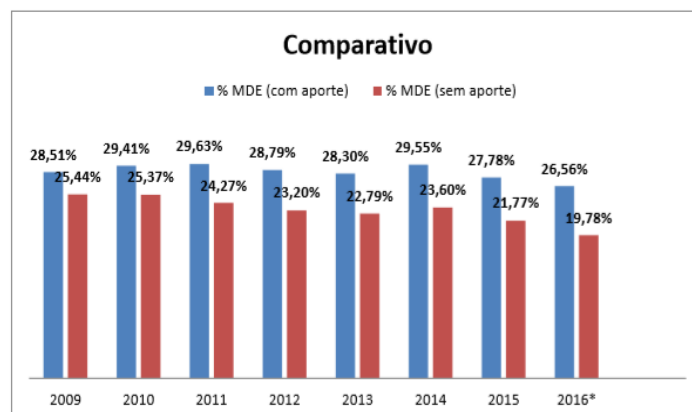
Articulando-se com o setor empresarial representado pelo movimento “ES em ação” (composto por grandes empresas locais de siderurgia, comunicação e da educação privada) o governo Paulo Hartung se propõe, como afirmava em outras gestões, no projeto 2020-2025, a melhorar a gestão e desenvolver o estado, além de melhorar a educação, colocando o ES na ponta das práticas políticas mais avançadas do país.

O Decreto nº 3.755–R, de 02/01/2015, o Estado estabeleceu diretrizes e providências para a contenção de gastos do Poder Executivo Estadual no exercício de 2015. Além de praticar políticas salariais restritivas e de manter altos os índices de contratação de professores em designação temporária, manteve congelada a gestão democrática engendrando atores privados na Sedu e barrando qualquer expectativa de eleição de diretores nas unidades de ensino. Mas manteve altos os gastos com propaganda e publicidade oficial.

Segundo o site do deputado Sérgio Magesky do PSDB-ES (ver processo aceito pela Procuradoria Geral da República (PGR) em 2017), a alocação de recursos para a educação pelo governo capixaba foi ilegal e inconstitucional, pois, dos 25% destinados à Manutenção do Desenvolvimento da Educação (MDE), estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, 3% teria sido aplicado indevidamente para pagar os aposentados e pensionistas do ES, desviando, desde 2011, cerca de quatro bilhões de reais que deveriam ter sido investidos na educação.⁴ Segundo essa fonte, ao mesmo tempo em que o governo se vangloriava por investir mais que os 25% definidos por lei, a porcentagem real investida na MDE diminuía a cada ano, ficando bem abaixo do que definiu a Constituição (Art. 212), e a porcentagem do desvio aumentava (Gráf. 01).

Gráfico 01: Comparativo em porcentagem do MDE com e sem aporte de 2009 a 2016.

⁴ Palestra do deputado Sergio Mageski na Semana de Ação Mundial pelo direito à Educação em 2019.



Fonte: Site oficial de parlamentar capixaba

Apesar disso, após as eleições de 2014 e a volta de Paulo Hartung ao governo do Estado, sob o discurso de melhorar os índices de qualidade da educação capixaba, sobretudo apontando para as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de educação (PNE), o governo estadual produziu o Projeto de Lei Estadual nº 04/2015. Entretanto, sua elaboração e configuração como política educacional não dialogou com todos os setores da sociedade do Espírito Santo, excluindo, principalmente, os maiores interessados e envolvidos no tema: alunos e professores.

O projeto “Escola Viva” surge da tentativa do governo estadual de colocar no centro da pauta governamental a superação dos índices problemáticos do ensino médio. Segundo Inep/Ideb a taxa de aprovação oscilou em processo de estagnação de 2007 a 2013, iniciando com 73,8% em 2007, reduzindo em 71,3% em 2011 e voltando a crescer timidamente para 74,7% em 2013. Ao focalizarmos na primeira série dessa etapa de ensino básico, num período maior (2005-2013), os indicadores são mais graves, pois a taxa de aprovação, em 2005, foi de 67,8%; em 2007, de 70,9%; em 2009, de 67,2%; em 2011, de 64,7%; e terminou, em 2013, com 67,5%.

Desde a campanha eleitoral em 2014, o então candidato ao governo sinalizava com um novo projeto de ensino médio estadual que guardava muitas semelhanças com elementos do Decreto-lei nº 2.208/97 e do PL nº 6.840/2013 e que se configurou posteriormente como antecipação da aplicação, no ES, de uma lei que seria aprovada somente em 2017.

Vale lembrar que o movimento “Espírito Santo em Ação” teve sua participação no projeto piloto de escolas de tempo integral em parceria com a Prefeitura de Vitória, usando como modelo as metodologias utilizadas em outros Estados, como Pernambuco. Em entrevista para o Jornal “A Gazeta”, em 2016, o presidente institucional do “ES em Ação”, Arideldo Teixeira, afirmou que todos os custos do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), órgão responsável por coordenar a seleção de professores e gestores, seriam bancados por empresas parceiras.



Para institucionalização dessa política, o governo eleito utilizou vários expedientes pouco democráticos. Excluiu de sua formulação o CEE, o professorado e mesmo a universidade, forçando sua aprovação, a “toque de caixa”, pela assembleia legislativa. Por meio do projeto “Escola Viva”, o governo de Paulo Hartung foi acontecendo de forma antidemocrática e bastante alinhado com o movimento empresarial “ES em ação”, ignorando a participação de alunos e professores e, ainda sem discutir o projeto, impôs, no meio do ano letivo, a primeira unidade escolar “modelo” implantada no Bairro São Pedro em Vitória, por meio da Portaria nº 061-R em 2015.

O processo de implementação da lei se deu via circular interna (C.I.) nº 27, pela qual a Secretaria de Educação (Sedu), por meio da Subsecretaria de Estado de Administração e Finanças (Seaf), deu nova orientação à tramitação de processos de solicitação de novos cursos no ensino fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ensino médio e na educação profissional, e suspendeu a oferta de novos cursos técnicos, considerando a vigência do Decreto nº 3755-R, de 02/01/2015, que estabelecia as diretrizes e providências para a contenção de gastos do Poder Executivo Estadual no exercício de 2015.

A Lei Complementar, então, prevê uma ampliação do currículo escolar para 9h30 diárias, sendo, no mínimo, 7h30 em atividades pedagógicas orientadas, com foco em atividades sobre cidadania, ética, cultura, artes, esporte, lazer, direitos humanos, educação ambiental, educação econômica, inclusão digital e saúde. Ao magistério foi oferecida uma carga horária especial de 40 horas semanais cumpridas no interior da escola com atividades multidisciplinares ou de gestão especializada.

Após a comunicação da comissão de educação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), interrogando sobre o projeto “Escola Viva”, o CEE enviou seu posicionamento questionando a concepção do projeto, bem como a tramitação do PL nº 04/2015, para o que, afirma o Conselho, não foi consultado nem direta nem indiretamente. O presidente do CEE chegou a procurar o secretário de educação para obter os documentos sobre o projeto “Escola Viva”, porém não havia sido atendido (Ata do CEE, 13ª sessão extraordinária, 01/07/2015).

Com o processo de tramitação em andamento, o corpo docente, pais e alunos, protestaram contra o projeto em todo o estado. Em parte, por ser um projeto excludente, não sendo acessível a toda população de 15 a 17 anos (pois boa parte dos jovens nessa faixa etária precisa compor a renda familiar) e, em parte porque toda a tramitação aconteceu sem diálogo com alunos, corpo docente e comunidade. O projeto “Escola Viva” foi, portanto, criado sem a participação do corpo docente e da comunidade escolar (alunos, servidores, pais e a comunidade).

Houve, nesse processo, cerca de nove audiências públicas para se tratar do projeto e, durante o mês de maio, o deputado Sérgio Majeski (PSB) realizou audiências públicas nos municípios do estado para debater sobre o projeto, sendo a última audiência no dia 27 de maio. Entretanto, o posicionamento da comunidade escolar

sobre o projeto não ganhou atenção nem do governador nem dos parlamentares, tornando-se, cada vez mais, um projeto excludente e autoritário.

Mesmo com todas as manifestações contrárias ao projeto, em março de 2015, o deputado Gildevan Fernandes (PTB) deu entrada ao requerimento nº 015/2015, pedindo que a tramitação seguisse em regime de urgência. Entretanto, houve uma reação contrária dos estudantes gerando ainda mais manifestações em frente à Ales, manifestações que duraram cerca de três dias.

Figura 01: Manifestação de Estudantes contra o projeto “Escola Viva”



Fonte: Reprodução / Facebook / Ninja ES

À medida que as manifestações foram ganhando força, Paulo Hartung recorreu às autoridades para coibir a pressão feita pelos manifestantes, usando, inclusive, de força física contra alunos e professores que se manifestavam pacificamente. Para ilustrar essa pressão, citamos o exemplo de um militante no município de São Mateus que foi detido após convocar uma plenária com estudantes. Os manifestantes se transferiram para a delegacia até que o militante fosse liberado.

Uma das críticas era de que esse modelo de escola, ao ser implantado numa unidade escolar pré-existente com três turnos em funcionamento, excluiria os estudantes do noturno e do diurno que têm que trabalhar e estudar. Desse modo, esse tipo de escola tende a privilegiar a permanência apenas dos alunos menos empobrecidos, que ainda podem optar por apenas estudar.

O então secretário da educação, Haroldo Rocha, explicou que o projeto “Escola Viva” se baseou em experiências de fora do país: “[...] Não temos apenas um projeto. Temos um programa de Estado para implementar a ‘Escola Viva’. [...] Em 2004 foi implementada a primeira escola de tempo integral em Pernambuco e atualmente, são mais de 500 unidades em funcionamento em seis estados”, disse o secretário em entrevista para a Folha Vitória (2015).



"[...] A escola do século XXI terá que ensinar a ter concentração" (ROCHA, 2017). Em entrevista à Folha de São Paulo, o então secretário da educação do Espírito Santo, Haroldo Rocha, alega que a escola do século XXI apresenta um novo desafio: além de se preocupar com o desenvolvimento acadêmico cognitivo, terá que ensinar as crianças a administrar suas emoções, trabalhar em equipe, ter persistência e resiliência. Essas competências são objetos de discussão na rede escolar do estado para que, assim, seja elaborado um novo currículo.

Porém, a visão do secretário sobre o projeto "Escola Viva" não foi bem aceita por grande parcela da comunidade escolar, gerando diversas manifestações durante todo o processo. Entre essas manifestações, podemos destacar a mobilização de professores, pais, alunos e funcionários do Colégio Estadual de Vitória, que impediu a implementação, naquela escola, do projeto "Escola Viva", que suprimiria as turmas do turno noturno e excluiria alunos que trabalham no contraturno, excluindo-se, portanto, os alunos mais pobres e permanecendo na escola em tempo integral apenas os alunos com melhores condições, que têm como se dedicar 100% aos estudos, melhorando assim os índices da escola. Vale lembrar que os dados do IBGE de 2011 informam que 31,5% dos jovens entre 15 e 17 anos trabalham e estudam, estudam e procuram emprego ou apenas trabalham.

A escola em tempo integral na educação pública, que já vem sendo implantada em diversos estados da nação como uma solução para melhoria da educação básica, diminuição do abandono escolar e da reprovação dos alunos, tornou-se alvo das críticas da comunidade escolar e da sociedade civil, em parte, por ter sido implementada sem a aprovação da comunidade escolar e organizada sem a participação da sociedade e, por outro lado, por esse modelo ser considerado excludente, pois, segundo pesquisas feitas pelo Ministério da Educação (MEC), pela Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), 60% dos jovens entre 15 e 29 anos conciliam trabalho e estudo e, dos 40% que atualmente apenas estudam, cerca de 10% precisou conciliar estudo e trabalho em algum momento.

Além disso, esse modelo de escola em tempo integral passa a funcionar apenas em turno, o que inviabiliza o horário noturno, excluindo os sujeitos da EJA e reduzindo a capilaridade da rede física. Segundo o secretário de educação do Ceará, "[...] existe e sempre existirá uma demanda no noturno, que deverá ser atendida adequadamente, e adequadamente não é o que se faz hoje".

Esse modelo de ensino médio foi rechaçado em muitos setores da comunidade acadêmica e pelos integrantes da comunidade escolar que não participaram democraticamente dessa formulação, atropelados pela MP nº 746/2015. Em matéria do Folha Vitória publicada no dia 19/05/2018 os estudantes protestavam contra a implementação da Escola Viva por alegarem que o novo modelo de escola foi imposto sem qualquer diálogo com a comunidade escolar.

O governo alegava que a "Escola Viva" era uma escola onde os jovens poderiam ter o professor por mais tempo e aprender mais. Porém, o que os estudantes



questionavam era o fato de que a implementação da escola viva levava ao fechamento de turnos, redução de vagas nas unidades de ensino obrigando os alunos a estudarem longe de suas residências. Ou seja, o projeto de escola de qualidade que vinha sendo propagandeado pelo governo na prática excluía a maior parte dos alunos, acirrando a dualidade educacional e criando “escolas modelos” que serviriam de propagandas de um tipo de ensino.

Entretanto, após manobras na Assembleia Legislativa, e ainda sem a participação do corpo docente, pais, alunos e sociedade, no dia 10 de maio de 2015, os deputados estaduais aprovaram, em sessão extraordinária, com 22 votos a favor e apenas 03 votos contrários, dos deputados Sérgio Majeski (PSDB), Bruno Lamas (PSB) e Amaro Neto (PPS), e uma abstenção, da deputada Luzia Toledo (PMDB), que presidia os trabalhos, a lei foi sancionada. Por fim, no dia 12 de junho de 2015, institucionalizou-se, por meio da Lei Estadual nº 799/2015, o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral, denominado de “Escola Viva”.

O governador também destaca a importância do envolvimento coletivo, do poder público, comunidade escolar e a sociedade civil, que estariam (teoricamente juntos) comprometidos com o novo modelo de ensino apresentado. Porém, como podemos observar em todo o processo de tramitação, não houve participação de todos esses setores nas decisões, citados como importantes pelo governador. Apenas o poder público, com influência do empresariado, se envolveu no projeto, não sendo consideradas as manifestações contrárias da comunidade escolar e da sociedade civil.

Assim, a primeira “Escola Viva” do Estado foi inaugurada no bairro São Pedro, em Vitória, e a partir do dia 27 de Junho de 2015, a primeira unidade escolar começou a funcionar, atendendo cerca de 480 jovens entre 15 e 17 anos, em horário integral, das 7h30min às 17h. Batizada de “Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro”, a escola passou a funcionar num prédio alugado onde funcionava o antigo *campus* da Faesa, em Inhanguetá, às margens da rodovia Serafim Derenzi.⁵

O resultado dessa política, além de ampliar as matrículas em tempo integral em rota de colisão com a ampliação de matrículas no tempo parcial, além de não garantir melhoria comparativa consistente de indicadores de fluxo escolar e de desempenho entre alunos do tempo parcial e do tempo parcial, promove uma ruptura com a oferta do ensino médio integrado à educação profissional. Sob esse aspecto, cabe lembrar que a meta 03 do PNE previu a expansão de 50% das vagas públicas para os cursos técnicos integrados ao ensino médio.

De modo geral, podemos afirmar que as reformas educacionais iniciadas desde os 1990 têm como real origem e finalidade não a modificação da educação, mas da economia e da política. Segundo Dweck (et al., 2018), em épocas de crise econômica, a política de ajustes tende a enxugar ao máximo o investimento público nos principais

⁵Escola Viva funcionará em São Pedro, Vitória, a partir do dia 27 de junho. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/06/escola-viva-funcionara-em-sao-pedro-vitoria-partir-de-27-de-julho-.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.



setores da gestão pública para dar espaço ao setor privado pressupondo que, com isso, haverá uma retomada do crescimento econômico.

Tomando como exemplo o caso do Espírito Santo, podemos perceber políticas de ajuste fiscal consideradas bem-sucedidas que podem ensejar profundos processos de privatização da esfera pública com graves consequências para a educação. É o caso da gestão de Paulo Hartung no Espírito Santo na qual, ao seguir a cartilha da austeridade, conseguiu-se superávit de R\$ 206 milhões, o que levou o Espírito Santo a ocupar o segundo lugar no ranque dos estados com maior competitividade⁶.

Todavia, essa competitividade se deu com o fito da aplicação de um projeto de ajuste fiscal que levou à redução drástica dos gastos públicos, a ponto de gerar um superávit que ultrapassava os 200 milhões de reais já em agosto de 2017. No bojo das reformas administrativas guiadas pelo princípio de fazer “mais com menos”, além de reter a realização de concursos públicos, bem como travar as políticas de valorização docente, o governo passa a esvaziar a evolução da oferta de ensino médio integrado à educação profissional na rede estadual.

CONCLUSÕES

O Programa de Escolas Estaduais em Tempo Integral gerou uma grande reação negativa da população, principalmente pelo fato de ter sido planejada com pouco (praticamente nenhum) diálogo com os setores mais interessados: corpo docente e servidores das escolas, pais e alunos. O projeto de lei (PL nº 04/2015) foi a base da campanha política do candidato Paulo Hartung ao governo do estado que, ao ganhar as eleições em 2014, deu início a seu projeto; deu ouvidos apenas ao setor empresarial, que teve/têm grande influência nas decisões sobre a educação pública no estado por meio do “Espírito Santo em Ação”.

Durante os 100 dias de “debate” (como foi afirmado pelo então secretário de educação, Haroldo Rocha, em entrevista à Folha de São Paulo), houve diversas manifestações de pais, alunos, professores e deputados (como por exemplo, o Deputado Sérgio Majeski) contra a implementação do projeto “Escola Viva”.

Ao analisar a política do governo Paulo Hartung e explicar seus bons índices, o referido parlamentar afirma que as melhorias nos índices do Ideb foram conquistadas à custa do fechamento de escolas com baixos desempenhos, de escolas do campo, de turmas regulares no turno noturno e de salas de EJA. Com esses cortes, maquiado desde 2014, o índice de desempenho dos alunos do ensino médio aumentou 50% nos últimos anos. Para isso, cerca de 400 escolas foram abandonadas pelo governador, que dedicou seu tempo e a verba da educação para um projeto que não é bem aceito pela maioria do corpo docente, da comunidade e por alguns deputados. Nessas unidades faltam insumos básicos para a condução de uma escola. O deputado Sérgio

⁶CLP. *Espírito Santo antecipa ajuste fiscal e termina 2015 com superávit*. Disponível em: <https://www.clp.org.br/espírito-santo-antecipa-ajuste-fiscal-e-termina-2015-com-superavit/>. Acesso em: 05 fev. 2020.



Majeski vem denunciando a política educacional do governo do Estado, alertando sobre a maquiagem da “Escola Viva”, que tenta esconder as deficiências do sistema. Assim, as consequências dessa política, em muitos casos, são: a extinção do turno noturno das escolas, atendimento um número menor de alunos anualmente, boa parte dos alunos deixarem a escola por não terem condições de estudar em tempo integral (pois precisam trabalhar ou fazem cursos no contraturno). Torna-se, desse modo, a escola laica, gratuita e pública, uma escola excludente.

Essas decisões e mudanças autoritárias na educação, sem a participação dos setores envolvidos colocam em destaque as necessidades dos empresários, que em muito adaptaram a educação pública a um modelo que lhes beneficia. O discurso de “superação do atraso” foi a justificativa para a reestruturação do ensino médio, tomando como referência os baixos índices nas avaliações de larga escala, sem levar em consideração os problemas infraestruturais das escolas. Todavia, as “Escolas Vivas” trouxeram mudanças para além do currículo, propondo uma reestruturação física do espaço escolar. Porém, esse investimento na “Escola Viva” era à revelia das outras escolas, que sofriam com o pouco recurso que lhes era direcionado.

O que se constatou é que apenas um setor da sociedade foi escutado na implementação do projeto: os empresários. Destaca-se a atuação do movimento “Espírito Santo em Ação”, que protagonizou as mudanças do ensino médio. O que constatamos é que o método utilizado para implementar a reforma pautou-se pelo pragmatismo e autoritarismo.

Concluindo nosso esforço de pesquisa, tentamos evidenciar os interesses que balizaram a implementação do projeto “Escola Viva”, viabilizado pelo projeto de LC nº 04/2015, que deu origem ao Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral. Baseado num pensamento crítico de base marxista, o estudo considera que o projeto “Escola Viva” se constitui como resposta à crise mais ampla do capital na sua vertente de desequilíbrio fiscal, cujas soluções incorporam a privatização da escola pública.

A implementação deste modelo de Escola, apesar dos protestos contrários de professores e alunos, foi aprovada na assembleia legislativa, a toque de caixa, sem participação do Conselho Estadual de Educação, o que denota sintonia do governo Paulo Hartung para com as demandas do empresariado local, principalmente com aluguéis de espaços que pertenciam a empresas do grupo “ES em ação”. Hartung iniciou o governo emitindo o Decreto nº 3755–R, de 02/01/2015, que cortou os gastos mais elementares da administração pública, e travou, com a C.I nº 027/2015 (Sedu), a oferta integrada de ensino médio técnico na rede estadual. Situado nas melhores posições dos ranques de alguns indicadores educacionais e no cumprimento da lei de responsabilidade fiscal, o governo estadual se caracterizou por práticas autoritárias e gerencialistas.

Além de excluir do atendimento educacional contingentes escolares de baixo rendimento (EJA, ensino regular noturno e educação do campo) para exibir bons índices de desempenho, o governo aplicou indevidamente os recursos da educação



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.46287

descumprindo, assim, a vinculação orçamentária prevista na constituição. Tais escolhas priorizaram a oferta da educação em tempo integral em detrimento da universalização da escola de tempo parcial.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *PL nº 6.840 de 27 de novembro de 2013*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/602570> . Acesso em: 05 fev. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. *Diário Oficial da União*. 18.04.1997. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/downloads/2208-97.pdf> . Acesso em: 05 fev. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. *Diário Oficial da União*. 17.2.2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm . Acesso em: 05 fev. 2020.
- BRASIL. MP nº 746 de 22 de setembro de 2016. *Diário Oficial da União*. 23/09/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm . Acesso em: 05 fev. 2020.
- CIAVATTA, M. *A reforma do Ensino Médio: uma leitura crítica da Lei nº. 13.415/2017 – adaptação ou resistência?* HOLOS, Ano 34, vol. 04, 2018, pp. 207-222.
- CLP. *Espírito Santo antecipa ajuste fiscal e termina 2015 com superávit*. Disponível em: <https://www.clp.org.br/espírito-santo-antecipa-ajuste-fiscal-e-termina-2015-com-superavit/> . Acesso em: 05 fev. 2020.
- ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa do Espírito Santo. *Lei Complementar nº799/2015*. Disponível em: www3.al.es.gov.br/legislacao/consulta-legislacao.aspx?tipo=4&ano=2017.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. *CI/SEDU/SEAF/Nº027-Circular*. 04 de março de 2015. Vitória.
- ESPIRITO SANTO. *Entrevista com Secretário Estadual de Educação Haroldo Rocha*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1941999-escola-do-seculo-21-tera-que-ensinar-a-ter-concentracao-diz-secretario-do-es.shtml> . Acesso em: 05 fev. 2020.
- ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 061-R, de 16 de junho de 2015. *Diário Oficial do Espírito Santo*. 17 de junho de 2015. p. 25. Disponível em: <http://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/3153/#/p:32/e:3153> . Acesso em: 12 fev. 2020.
- Escola Viva funcionará em São Pedro, Vitória, a partir do dia 27 de junho*. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/escola-viva-funcionara-em-sao-pedro-vitoria-partir-de-27-de-julho-.html> . Acesso em: 05 fev. 2020.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.46287

FOLHA VITÓRIA. Alunos protestam contra Escola Viva. Disponível em:
<https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/03/2015/alunos-protestam-contr-escola-viva-e-complicam-o-transito-em-vitoria> . Acesso em 25/05/2020

GOMES, H. S. C.; BATISTA, E. L. Educação para a Práxis: contribuições de Gramsci para uma pedagogia da educação profissional. In. BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (orgs). *Realidades da educação profissional no Brasil*. São Paulo: Ícone, 2015.

IBGE. *Censo Escolar da Educação Básica 2016*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf . Acesso em: 22 jun. 2018.

MAIA, Eny. *A Reforma do ensino médio em questão*. 1ª Edição, São Paulo: Biruta, 2000.

MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais*. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SETUBAL, M. A.; BATISTA, A. A. G. (Coord.). *Políticas para o ensino médio e desigualdades escolares e sociais*. Organização CENPEC. São Paulo: Fundação Santillana, 2017.

Recebido em 1º de novembro de 2019

Aceito em 26 de maio de 2020



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento Creative Commons adotado pela revista.